



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

**DECISÃO – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**Empresa:** PRÓ-AMBIENTAL TECNOLOGIA LTDA.

Processo impugnação nº 016766/2024 (flowdocs)

**Processo Licitatório:** 08825/2024

**Referente ao:**

PREGÃO Nº: 058/2024

DATA DA ABERTURA: 09 de dezembro de 2024.

HORÁRIO: 10:00

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO HOSPITALAR DE CLASSIFICAÇÃO “A”, “B” e “E”

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório será realizado na modalidade *PREGÃO ELETRÔNICO do tipo menor preço unitário, para PRONTA CONTRATAÇÃO*, com observância as disposições contidas no Decreto Municipal 3.847 de 12 de junho de 2024, na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como suas posteriores modificações e demais normas complementares e disposições deste instrumento. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 14/11/2024 e no jornal de grande circulação (Jornal O Dia) em 15/11/2024. Em ambas situações, os editais ficaram disponíveis para download na plataforma BLL compras (<https://bll.org.br/>), PNCP, Portal da transparência e na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

**DA TEMPESTIVIDADE**

O pedido de impugnação foi feito pela empresa *PRÓ-AMBIENTAL TECNOLOGIA LTDA*, recebido por esta Prefeitura, tempestivamente. O mesmo foi enviado via plataforma BLL Compras em 03 de dezembro de 2024 e protocolado nesta Prefeitura sob o n.º 16766/2024 (Flowdocs).

**DO PEDIDO**

Inicialmente, a impugnante informa sobre o objeto a ser contratado, valor estimado, dia e horário da licitação, além de informar que existe ponto de grande relevância passível de impugnação, esclarecimento e correção. Tais cláusulas, conforme abaixo, segundo a empresa, “são restritivas e, além disso, não têm qualquer fundamento técnico ou jurídico que justifiquem a sua inclusão no instrumento de convocação conforme será exposto a seguir.

9.15.3 - O tratamento e a disposição final do RSS devem estar de acordo com o respectivo Certificado de Aprovação Para Destinação de Resíduos Industriais – CADRI.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

#### Divisão de Licitação

9.15.4 - Documento de Licenciamento do veículo de coleta junto a VISA (Vigilância Sanitária) do município sede da empresa.

No item 9.15.3 foi solicitado a apresentação do documento Certificado de Aprovação para Destinação de Resíduos Industriais – CADRI e, segundo informação da empresa impugnante, é um instrumento de política ambiental estabelecida na legislação do Estado de São Paulo, de modo que, somente eventuais licitantes do referido Estado que pretendam realizar a movimentação (leia-se: transporte) de resíduos dentro do referido Estado são obrigados a apresentar tal documento”, informando, ainda, que tal documento é “parte do Licenciamento Ambiental específico do Estado de São Paulo, como se observa pelo endereço eletrônico da CETESB, que é a Agência do Governo do Estado de São Paulo que é a responsável pelo controle, fiscalização, monitoramento e licenciamento de atividades geradores de poluição”, além de informar que o CADRI foi instituído pelo Decreto Estadual nº 54.645/2009, que regulamenta a Lei Estadual nº 12.300/2006.

Além de informar que “não é possível exigir de empresas não licenciadas no Estado de São Paulo o cumprimento do item 9.15.3 do Edital”, a impugnante informa que “não se pode ignorar que, assim como o Estado de São Paulo tem suas especificidades no licenciamento ambiental, todos os demais Estados da Federação têm suas normas próprias”, além de informar o artigo 24 de Constituição Federal.

A “manutenção da exigência de apresentação do Certificado de Aprovação para Destinação de Resíduos Industriais – CADRI, na forma como inserida no Edital implica”, segundo alegação da empresa, pode configurar eventual direcionamento da licitação para empresas do Estado de São Paulo

Alega ainda que a exigência do item 9.15.4 do edital é inadequada, restritiva, pois atribui à vigilância sanitária competências que são próprias do licenciamento ambiental. Conforme a Resolução CONAMA nº 237/1997, cabe ao licenciamento ambiental avaliar o cumprimento das obrigações legais, incluindo o licenciamento de veículos para transporte de resíduos de saúde, por meio da Licença de Operação (LO).

Segundo a empresa é no licenciamento ambiental que obtêm-se a Licença de Operação de Transporte de veículos autorizados aptos para realizar o transporte de resíduos de saúde.

Finaliza dizendo que a exclusão dos itens ora impugnados observará o princípio da competitividade aumentando a chance de se encontrar a melhor proposta para o ente contratante.

### **DO JULGAMENTO**

Sempre é bom lembrar que o Art. 5º da lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021 diz: Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo (...).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**Divisão de Licitação**

Antes de analisarmos e julgarmos a impugnação, necessário se faz enviá-la ao órgão requisitante, neste caso, a Secretaria de Saúde, para análise e pronunciamento, uma vez que a solicitação de impugnação refere-se à parte técnica, que elaborou o Termo de referência.

**DA RESPOSTA DO SETOR SOLICITANTE (SECRETARIA DE SAÚDE)**

O processo foi enviado à Secretaria de Saúde, para que fosse feita análise e manifestação quanto à impugnação interposta. Segue resposta abaixo e em arquivo anexo:

“Quanto ao item 9.15.3.

O CADRI deverá ser exigido para empresas que realizam atividades com resíduos perigosos e que estejam sob a jurisdição da CETESB, independentemente do estado de origem. No entanto, se a empresa não estiver localizada em São Paulo, passa-se a ser obrigatório apenas em casos onde haja operação (atividade que envolva transporte, destinação ou tratamento desses resíduos) para o estado de São Paulo.

Portanto, entendemos que, caso a empresa não esteja localizada e não opere dentro do estado, fica o referido documento dispensado.

Quanto ao item 9.15.4.

A Resolução ANVISA nº 306/2004, estabelece normas para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, incluindo os de classe I (perigosos), e determina que os resíduos hospitalares sejam transportados e acondicionados de forma segura e adequada.

A vistoria da Vigilância Sanitária tem como objetivo verificar se:

- O veículo está adequadamente identificado e se possui condições de transporte que atendem aos padrões de segurança.
- As condições de limpeza e manutenção do veículo garantem que não haja contaminação cruzada ou riscos de exposição.
- O acondicionamento dos resíduos nos veículos segue as orientações legais, como o uso de embalagens apropriadas, vedadas e seguras.
- A documentação e os registros de transporte estão em conformidade com a regulamentação e que o destino final dos resíduos é adequado.

Além disso, a vigilância sanitária pode orientar sobre as melhores práticas e fiscalizar o cumprimento das normas relacionadas ao transporte e disposição final dos resíduos, conforme as regulamentações locais e federais.

Essas vistorias são fundamentais para evitar riscos de infecção, contaminação e impacto ambiental, garantindo que os resíduos hospitalares sejam gerenciados de maneira segura e responsável. Salientando que o transporte engloba risco à esfera municipal.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

#### Divisão de Licitação

O Art. 10 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, define que a fiscalização das condições sanitárias deve abranger todos os aspectos que possam afetar a saúde pública, incluindo o transporte de materiais e resíduos perigosos.

Salientamos a resolução ANVISA nº 306/2004, que estabelece os critérios para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (RSS), incluindo a coleta, transporte e disposição final. A norma trata diretamente sobre o manejo dos resíduos hospitalares, sendo uma das bases mais importantes para a atuação da Vigilância Sanitária Municipal. Em seu Art. 4º, a resolução classifica os resíduos hospitalares em diferentes categorias, destacando as de classe I (perigosos) e classe II (não perigosos), com exigências específicas para cada tipo de resíduo.

O transportador de resíduos hospitalares deve garantir que os resíduos sejam conduzidos de maneira segura e que o veículo esteja em boas condições de higiene e manutenção. A fiscalização se baseia neste princípio para garantir que as condições de transporte sejam adequadas.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010) também aplica-se ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, estabelecendo a responsabilidade compartilhada entre geradores, poder público e sociedade para a gestão de resíduos.

Em Art. 33, estabelece que as empresas e órgãos responsáveis pelo manejo de resíduos, como as empresas de transporte de resíduos hospitalares, devem seguir as normas de acondicionamento e transporte para evitar riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

Ainda que tempestivo a Resolução CONAMA nº 237/1997 (citada), e resolução CONAMA nº 358/2005 que trata da gestão de resíduos sólidos e estabelece normas para a gestão de resíduos de serviços de saúde, incluindo o descarte e transporte de resíduos perigosos, é importante salientar que não basta apenas basear-se na norteação da licença de operação, mas sim na fiscalização constante de todo o processo, incluindo veículos de transporte, sobretudo por apresentar desgastes contínuos. Logo, entendemos que os documentos, por si só, não de substituem. Devendo, portanto, serem complementares, cabendo a Vigilância Sanitária Municipal a obrigação de fiscalizar as condições de transporte dos resíduos hospitalares, incluindo os veículos utilizados para esse fim. As vistorias devem garantir que os veículos estejam em conformidade com os requisitos de segurança, higiene e adequação ao transporte de resíduos perigosos, conforme detalhado nas resoluções e portarias mencionadas. Além disso, a fiscalização deve verificar a correta documentação e o cumprimento das normas sobre o acondicionamento e transporte dos resíduos, prevenindo riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

Retorne a Divisão de Licitação”.

#### **DA RESPOSTA DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

O processo, também, foi encaminhado Procuradoria Geral do Município para que fosse feita análise, manifestação e parecer quanto à impugnação interposta. Segue em anexo o parecer e abaixo trecho final da resposta:

(...)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**Divisão de Licitação**

“Isto posto, sou de parecer que o edital deve ser modificado para garantir que a licitação esteja em conformidade com os princípios da **competitividade**, **razoabilidade** e **proporcionalidade**, assegurando a ampliação da participação no certame e prevenindo riscos de invalidação. A administração deve agir preventivamente, promovendo as adequações necessárias e priorizando mecanismos de fiscalização durante a execução contratual”.

Diante do exposto, tanto pelo Setor Técnico requisitante, bem como, pela Procuradoria Geral do Município, esta Pregoeira/Agente de Contratação acrescenta que:

Considerando o pedido de impugnação do Pregão Eletrônico nº 058/2024, apresentado pela empresa **PRÓ-AMBIENTAL TECNOLOGIA LTDA**, por meio do processo nº 016766/2024 (Flowdocs);

Considerando que essa Pregoeira/Agente de Contratação entende que o procedimento licitatório deverá ser conduzido de maneira imparcial e isonômica e que age visando o interesse público e a proposta mais vantajosa para a administração, além de obedecer rigorosamente a todos os princípios que norteiam o universo licitatório, dentre eles a vinculação ao instrumento convocatório;

Considerando que esta Pregoeira/Agente de Contratação entende que, qualquer empresa licitante e apta a participar da licitação, deve possuir igualdade de oportunidades entre todos os interessados, bem como, esta Prefeitura tem como objetivo buscar pela melhor proposta em estrita observância ao princípio da impessoalidade. Tal desejo objetiva garantir a transparência, a competitividade, e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública;

Considerando resposta pelo setor solicitante quanto ao item impugnado 9.15.3, de que “o CADRI deverá ser exigido para empresas que realizam atividades com resíduos perigosos e que estejam sob a jurisdição da CETESB, independentemente do estado de origem.”, entretanto, se a empresa não estiver localizada em São Paulo, o CADRI “passa-se a ser obrigatório apenas em casos onde haja operação (atividade que envolva transporte, destinação ou tratamento desses resíduos) para o estado de São Paulo”.

Considerando, ainda, resposta pelo setor solicitante quanto ao item impugnado 9.15.3, “entendemos que, caso a empresa não esteja localizada e não opere dentro do estado, fica o referido documento dispensado”;

Considerando, resposta pelo setor solicitante quanto ao item impugnado 9.15.4, informando sobre “a Resolução ANVISA nº 306/2004, estabelece normas para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, incluindo os de classe I (perigosos), e determina que os resíduos hospitalares sejam transportados e acondicionados de forma segura e adequada”, informando seus objetivos;

Considerando, também, resposta pelo setor solicitante quanto ao item impugnado 9.15.4, informando que “o Art. 10 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, define que a fiscalização das condições sanitárias deve abranger todos os aspectos que possam afetar a saúde pública, incluindo o transporte de materiais e resíduos perigosos.

Considerando, ainda, resposta pelo setor solicitante quanto ao item impugnado 9.15.4, informando sobre o Artigo 10 da Lei nº 6437/77 que define “que a fiscalização das condições sanitárias deve abranger todos os aspectos que possam afetar a saúde pública, incluindo o transporte de materiais



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
Divisão de Licitação

e resíduos perigosos”, além de informar sobre a “ resolução ANVISA nº 306/2004, que estabelece os critérios para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (RSS), incluindo a coleta, transporte e disposição final”;

Considerando, por fim, as informações do Setor Técnico a respeito do item impugnado 9.15.4, informando sobre a resolução ANVISA nº 306/2004, que discorre sobre os “critérios para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (RSS)”, da “Resolução CONAMA nº 237/1997, e resolução CONAMA nº 358/2005 que trata da gestão de resíduos sólidos”, e da importância sobre a “Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010) também aplica-se ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, estabelecendo a responsabilidade compartilhada entre geradores, poder público e sociedade para a gestão de resíduos”;

Considerando, que quanto ao item impugnado 9.15.4, o Setor Técnico entende “que os documentos, por si só, não se substituem”;

Considerando que o Setor Técnico da Secretaria Municipal de Saúde acata a impugnação de retirada do item 9.15.3, entretanto, quanto ao item 9.15.4 o Setor entende a importância do item ser mantido;

Considerando o entendimento da Procuradoria Geral do Município opinando pela modificação do edital para “garantir que a licitação esteja em conformidade com os princípios da **competitividade, razoabilidade e proporcionalidade**”;

Esta Pregoeira/Agente de Contratação opina pelo deferimento da impugnação interposta, tendo como parâmetro de julgamento o informado pelo Setor solicitante e Procuradoria, informando que o Pregão nº 058/2024 foi adiado “sine die” para alterações do estudo técnico preliminar, mapa de risco e termo de referência, bem como, que o processo será enviado ao Exmo. Sr. Prefeito para deliberação.

Por fim, informo que cabe ao Pregoeiro o dever de cumprir o que lhe foi determinado em ato convocatório, especialmente as atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o Art. 1º, III, da Lei Complementar nº 096/22.

### **DA DECISÃO**

Diante do exposto, na qualidade de Pregoeira/Agente de Contratação, tendo como base o entendimento da Secretaria Municipal de Saúde, Setor demandante do objeto, bem como, do parecer da Procuradoria Geral do Município, opina pelo **DEFERIMENTO** do pedido de impugnação, feito pela empresa **PRÓ-AMBIENTAL TECNOLOGIA LTDA**, razão pela que o Termo de Referência, demais documentos e Edital deverão ser alterados e o Pregão nº 058/2024 adiado, informando que tão logo essas alterações sejam realizadas, o referido Pregão será remarcado dentro dos prazos legais. Envio o processo ao Exmo. Sr. Prefeito para deliberação. Após dê publicidade ao ato, bem como, que a resposta seja disponibilizada na plataforma BLL Compras, bem como publicada nos veículos de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Divisão de Licitação**

São José do Vale do Rio Preto, em 09 de dezembro de 2024.

**FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO**  
***Pregoeira/Agente de Contratação***